

## Risco de expulsão maciça para a população beduína de Israel

No prosseguimento da política de limpeza étnica do território que ocupa, Israel planeia expulsar dezenas de milhares de beduínos das suas terras no deserto do Negev.



O Negev ocupa 60% do território de Israel, mas apenas 8% da sua população aqui vive, sendo um terço parte da comunidade beduína.

A população beduína do Negev totaliza cerca de 210.000 pessoas. Destas, perto de metade vive em sete reservas construídas pelo governo de Israel; as outras, vivem em 46 aldeias, das quais apenas 11 foram reconhecidas pelo governo de Israel. É sobre a população das restantes 35 aldeias que impende a ameaça da expulsão.

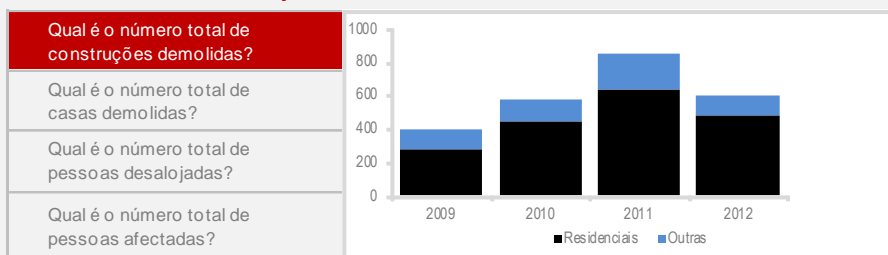
A lei Praver-Begin foi aprovada pelo governo israelita como uma medida para rever a existência de beduínos no deserto do Negev. Se levada a cabo, esta lei poderá implicar a destruição de 35 aldeias beduínas naquela zona de Israel, criando entre 40.000 a 70.000 novos refugiados.

Navi Pillay, Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, defende que, enquanto cidadãos de Israel, os árabes beduínos devem ter acesso aos mesmos apoios e direitos que qualquer outro cidadão israelita. Afirmar ainda que o governo deve reconhecer e respeitar os direitos específicos do povo beduíno, em especial direito à terra, pelas suas relações ancestrais com o deserto.

## Demolição de Casas – Destruição de Famílias

Atentados contra os meios de subsistência do povo da Palestina são já comuns e conhecidos da comunidade internacional. Há vários anos que Israel prossegue com políticas de expulsão através do ataque directo a campos de cultivo, actividade pesqueira, indústrias, abrigos de animais, reservatórios de água, estradas, equipamentos sociais. Mas o cerco não fica por aqui. A par da construção de colonatos e de estradas principais exclusivas para judeus, o Estado de Israel perpetua a expulsão de Palestinos das suas casas desde há muitas décadas. Segundo o [ICAHD](#), desde 1967 Israel foi responsável pela demolição de mais de 28.000 casas, comércio, estruturas sociais e outras construções indispensáveis para a vida dos palestinos nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO). O objectivo destas destruições a todos os níveis da vida social palestina é expulsar os palestinos ou confiná-los aos milhões em pequenos espaços separados e sem ligação pela Margem Ocidental, Jerusalém Oriental e Gaza.

### Indicadores de Desalojamentos

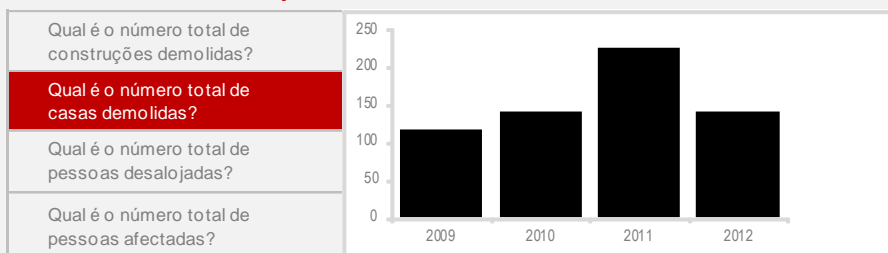


Fonte: ICAHD – Israeli Committee Against House Demolitions

Assiste-se ao longo do século XX e até aos dias de hoje à destruição sucessiva de casas, prédios e vilas com o objectivo de enfraquecer e expulsar palestinos. As demolições que foram levadas a cabo até à Guerra dos Seis Dias (1967) tinham como objectivo primeiro garantir o não retorno dos palestinos expulsos da Palestina aquando da criação do Estado de Israel. Após a Guerra dos Seis Dias, vários milhares de casas foram destruídas nomeadamente para aumentar os espaços de culto judaicos, como é exemplo a praça do Muro das Lamentações.

Em 1971, Ariel Sharon ordenou a destruição de 2.000 casas nos campos de refugiados de Gaza para facilitar o controlo militar. Nos TPO, a destruição de casas no pós Primeira Intifada (fim dos anos 1980 a início dos anos 1990) atingiu as 2.000 casas, e desde a Segunda Intifada (2000) foram destruídas entre 4.000 a 5.000 habitações em operações militares em várias cidades da Margem Ocidental, e mais de 2.500 só na Faixa de Gaza.

### Indicadores de Desalojamentos



Fonte: ICAHD – Israeli Committee Against House Demolitions

Navi Pillay alerta para o perigo a que a comunidade beduína do Negev está sujeita se a lei Praver-Begin for aprovada, pondo em risco toda a sua tradição cultural e social.

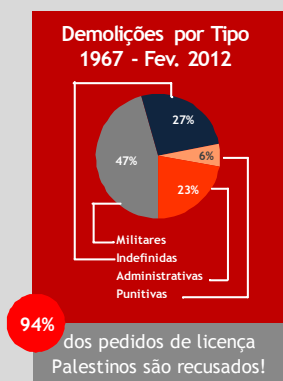


O direito do povo beduíno ao deserto do Negev foi reafirmado pela Comissão Goldberg de 2008 ao indicar que as comunidades beduínas do Negev são as suas legítimas residentes.

A primeira apresentação da Lei de Praver-Begin foi aprovada no Knesset, no passado dia 24 de Junho, por uma estreita margem, e será novamente apresentada nos próximos meses.

### Que razões invoca Israel para as demolições?

Embora seja virtualmente impossível obter uma licença para construir legalmente, apenas menos de um quarto das demolições são justificadas por razões administrativas. Acções militares e acções punitivas justificam a maioria das demolições.



Fonte: ICAHD - Israeli Committee Against House Demolitions

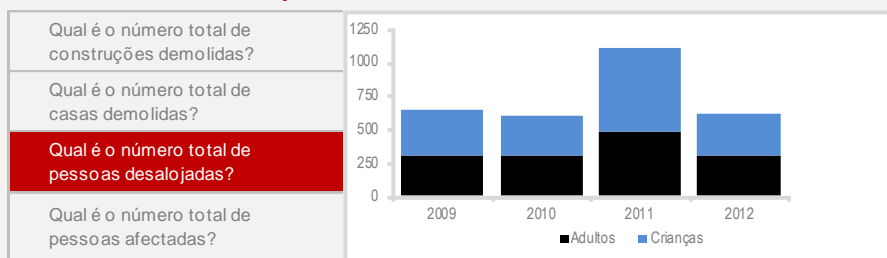
### Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente

Rua Silva Carvalho, 184 - 1º Dtº  
1250-258 Lisboa  
Telefone 213 889 076  
E-mail: mppm.palestina@gmail.com  
www.mppm-palestina.org  
www.facebook.com/  
MPPM.Movimento.Palestina  
NIPC 508267030  
NIB 0035 0202 00036300630 16

Da Segunda Intifada resultaram também demolições relacionadas com castigos colectivos, que consistem na punição de familiares de eventuais suspeitos de envolvimento em ataques contra israelitas. Segundo o [ICAHD](#), em média 12 pessoas inocentes são afectadas por cada sujeito envolvido em ataques à segurança pública.

Nas comunidades palestinas em Israel centenas de palestinos são ameaçados com a demolição das suas casas, estas mesmas já em muito precárias condições, em vilas e aldeias não reconhecidas pelo estado israelita. No deserto de Negev, as comunidades beduínas que contam com 60.000 a 70.000 habitantes, são ameaçadas com a demolição das suas habitações e estruturas de subsistência (Plano Praver). Na verdade, correspondendo a 20% da população de Israel, os árabes estão confinados por políticas de zonamento a 3,5% de terra. Inclusive foi criada em 2004 a Administração das Demolições no Ministério do Interior para se ocupar do planeamento das demolições das habitações dos cidadãos árabes em Israel: entre 20.000 a 40.000.

### Indicadores de Desalojamentos

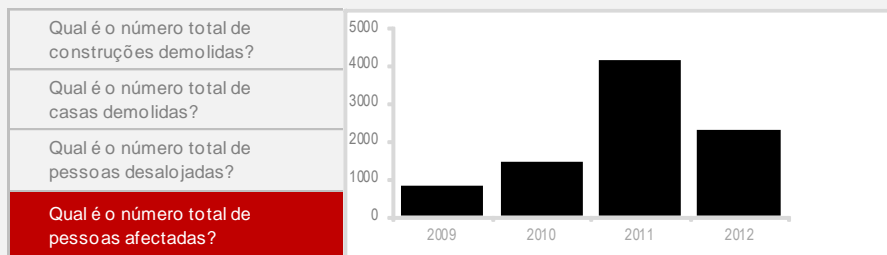


Fonte: ICAHD – Israeli Committee Against House Demolitions

As licenças para construção de casas são uma das principais dificuldades para um palestino construir uma casa e habitar legalmente nela, sendo que a falta desta licença constitui uma das principais razões para a demolição. Para se poder construir em Jerusalém Oriental ou na Área C (\*) os palestinos têm de submeter um pedido de licença às autoridades israelitas. A verdade é que legalmente os palestinos só podem construir numa percentagem muito pequena de terra nos TPO, correspondendo a 13% em Jerusalém Oriental e 1% na Área C, ambos os territórios já densamente povoados. Mesmo tendo em conta que, em teoria o sistema das licenças continua activo, na prática, nos últimos anos, mais de 94% das licenças de construção pedidas por palestinos foram negadas. Com estas possibilidades de escolha, a opção tem de ser entre construir ilegalmente ou emigrar.

Em suma, as práticas constantes de demolição de casas e de outras estruturas por Israel nos TPO são mais um dos atentados cometidos por Israel aos direitos humanos do povo palestino. A destruição de casas viola directamente o Artigo 25º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que defende o direito ao alojamento. Por sua vez, o alojamento garante o acesso a outras esferas da vida, nomeadamente à constituição de família, emprego, educação, sendo a sua expressão mais básica o direito a viver com condições dignas no seu país.

### Indicadores de Desalojamentos



Fonte: ICAHD – Israeli Committee Against House Demolitions

(\*) O Acordo Oslo II (28 Setembro 1995) criou três áreas na Margem Ocidental: a Área A, sob controlo administrativo e de segurança da Autoridade Palestina (AP), ocupa cerca de 18% do território; a Área B, sob controlo administrativo da AP e controlo de segurança conjunto da AP e de Israel, ocupa cerca de 21% do território; a Área C, sob controlo administrativo e de segurança de Israel, ocupa 61% do território.